

A ATUAÇÃO DO ODONTOLEGISTA DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL DE FLORIANÓPOLIS (SC) NO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO *POST MORTEM*

THE FORENSIC DENTISTRY ACTION IN THE LEGAL MEDICAL INSTITUTE OF FLORIANÓPOLIS (SC) IN THE PROCESS OF POST MORTEM IDENTIFICATION

Luísa Thayrine Pacheco Dário*
 Priscyla Waleska Simões**
 Renan Antonio Ceretta***
 Bruna Casagrande Cechella****
 Anarela Vassen Bernardi*****

RESUMO

O objetivo deste estudo foi avaliar a atuação do odontologista no processo de identificação post mortem do Instituto Médico Legal da cidade de Florianópolis, SC. Para tanto, foi realizada uma análise retrospectiva dos casos de identificação post mortem registrados no Instituto Médico Legal no período de 2005 a 2014. Destes, foram selecionados apenas os laudos periciais de identificação post mortem odontológicos. Foram avaliados 6.511 laudos: os quais 26 foram laudos de identificação post mortem realizados pelo odontologista. Dentre os 26 laudos, 13 casos foram identificados, sendo que 7 (53,84%) por meio do prontuário odontológico da vítima, 4 (30,76%) por prontuário e exame radiográfico, 1 (7,1%) por prontuário/registro de mordida e placa de acrílico e 1 (7,1%) por foto extrabucal. Os outros 13 casos resultaram em não identificação, pois 12 (46,2%) casos não apresentaram prontuário e em 1 (3,8%) caso houve o incompleto preenchimento do prontuário odontológico, resultando na impossibilidade de identificação dos cadáveres. Conclui-se que a atuação do odontologista no processo de identificação post mortem no IML Florianópolis forneceu informações eficazes para a identificação de 13 casos em 9 anos e que o método de comparação de prontuário odontológico ante e post mortem foi o mais utilizado nas identificações.

DESCRITORES: Antropologia Forense • Odontologia legal • Medicina Legal.

ABSTRACT

The purpose of this study is to evaluate the acting of the forensic dentist in the process of the post mortem identification in the National Legal Medicine Institute of Florianópolis, SC. For this matter, a retrospective analysis of post mortem cases identification registered in the National Legal Medicine Institute of Florianópolis, in the period of 2005 to 2014, was done. From these, were selected only the expert reports of odontological post mortem identification. 6.511 expert report were evaluated, though 26 was post mortem identification reports made by the forensic dentist. Among the 26 reports, 13 cases were identified of which 7 (53,84%) through dental records of the victim, 4 (30,76%) mecial record and radiographic examination, 1 (7,1%) record/bite registration material and acrylic plate, and 1 (7,1%) by extraoral photo. The other 13 cases were resulted in no identification, for 12 (46,2%) cases did not present records and in 1 (3,8%) case there was the incomplete filling of the odontological record, resulting in the impossibility of the identification of the corpses. In conclusion, the acting of the forensic dentist in the process of the post mortem identification in the National Legal Medicine Institute of Florianópolis provided effective informations to an identification of 13 cases in 9 years that the method of comparison of the odontological record ante mortem and post mortem was the most used in the identifications.

DESCRIPTORS: Forensic Anthropology • Forensic Dentistry • Forensic Medicine

* Graduada do Curso de Odontologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC – Criciúma – SC, Brasil. E-mail: luisadario@hotmail.com

** Doutora em Ciências da Saúde – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Professora do Curso de Odontologia e Professora Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: pri@unesc.net.

*** Doutor em Ciências da Saúde. Professor e coordenador do Curso de Odontologia - Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: rce@unesc.net.

**** Cirurgiã-dentista, Mestre em Endodontia. E-mail: br_u_casa@hotmail.com.

***** Professora do Curso de Odontologia da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC – Criciúma – SC, Brasil, Mestre e Especialista em Endodontia e Especialista em Saúde Coletiva. E-mail: anarela.bernardi@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Odontologia Legal é uma parte importante das ciências forenses e abrange desde perícias em foro administrativo, criminal, cível até a identificação humana *ante e post mortem*^{1,2}.

A área de atuação do Odontologista na identificação *post mortem* é necessária em variadas circunstâncias, como em acidentes e/ou desastres em massa nos quais os corpos se apresentam em condições de difícil identificação³⁻⁶. Esse profissional é capacitado a realizar a análise, perícia e avaliação de eventos relacionados com a área de competência do cirurgião-dentista⁷.

Os dentes são estruturas preciosas capazes de determinar a identidade de um indivíduo, pois os arcos dentais apresentam grande durabilidade, longevidade e alta resistência a condições extremas de degradação^{4,6}.

A identificação humana pelo odontologista utiliza principalmente um método comparativo de identificação através da análise e comparação com a documentação odontológica pregressa da vítima^{2,8,9}.

Para análise forense odontológica, o prontuário odontológico ante mortem se torna um documento indispensável^{4,10}. A presença de um prontuário corretamente preenchido oferece informações importantes para o odontologista e com particularidades de cada indivíduo que podem facilitar a identificação, como a presença e/ou ausência de dentes, implantes, tratamentos restauradores, presença de aparelhos ortodônticos, dentes supranumerários, terceiros molares semi-inclusos, tratamentos endodônticos^{2,3}. Para sua adequada utilização, o prontuário deve ser composto por documentos fundamentais e suplementares^{4,11}, estar legível, atualizado e assinado e com todas as documentações necessárias do tratamento, se possível, contendo radiografias e modelos de estudo^{4,6-7,10,12}.

Segundo o Código de Ética Odontológico, o profissional da odontologia tem o dever de preencher corretamente o prontuário odontológico de qualquer indivíduo, como também armazená-lo adequadamente e realizar a atualização do

mesmo¹³.

Portanto, a Odontologia pode fornecer informações valiosas nos casos de identificação *post mortem*, quando os corpos não apresentam condições ideais para reconhecimento⁴. Nesse contexto, o presente artigo avalia a atuação do odontologista nos casos de perícias de identificação post mortem do Instituto Médico Legal (IML) da cidade de Florianópolis, SC.

MATERIAL E MÉTODOS

Estudo retrospectivo, de análise descritiva, aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos do local onde foi realizada a pesquisa sob o parecer 1.125.722/2015.

A coleta de dados foi realizada através dos laudos periciais arquivados do IML, situado na cidade de Florianópolis – SC, abrangendo os registros legais das cidades: Florianópolis, São José, Santo Amaro da Imperatriz, Criciúma, Anita Garibaldi, Palhoça, Águas Mornas e Rio do Sul. A população foi composta de 6.511 laudos periciais de identificação post mortem arquivados entre os períodos de 2005 a 2014 por meio digital e manuscrito.

Dessa população foram selecionados todos os laudos periciais de identificação post mortem odontológicos (n=26) e utilizado as seguintes variáveis: ano, local, sexo (masculino/feminino), condições cadavéricas dos corpos (ossada/carbonizado/putrefeito) que necessitaram de análise e perícia odontológica, método de identificação utilizado pelo odontologista (prontuário odontológico/prontuário e radiografia/prontuário, placa de acrílico e registro de mordida/fotos), sucesso e insucesso no processo de identificação post mortem dos casos que necessitaram avaliação pericial pelo odontologista.

Foram adotados como critério de exclusão os anos que não apresentaram registros de laudos odontológicos (2007, 2013 e 2014).

Após a coleta foi elaborado um banco de dados no software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 22.0, aplicativo também utilizado para a análise estatística. Foi estimada a frequência absoluta (n) e relativa (%) para as variáveis qualitativas. Os resultados foram distribu-





idos em tabelas para facilitar a sua exposição.

Ressalta-se que antes da realização do estudo os pesquisadores apresentaram um termo de consentimento sobre a pesquisa, o qual foi assinado pelo responsável do Instituto Médico Legal de Florianópolis.

RESULTADOS

A quantidade total de laudos periciais de identificação post mortem arquivados no IML de Florianópolis entre 2005 e 2014 foi de 6.511 laudos. Destes, 26 (0,39%) são laudos periciais de identificação post mortem odontológicos e 6.485 (99,60%) são laudos periciais de identificação post mortem médicos.

A quantidade anual de laudos periciais post mortem odontológicos expedidos nos anos de 2005, 2009 e 2011 foi de 6 (23,1%) laudos odontológicos para cada ano respectivamente. Já em 2006 e 2012 foram totalizados 3 (11,5%) laudos para cada ano; 2008 e 2010 apenas 1 (3,8%) para cada ano.

De acordo com a Tabela 2, o município com maior necessidade da atuação do odontologista na identificação post mortem foi Florianópolis com 12 (46,1%)

casos de identificação post mortem, seguido pela cidade de São José 5 (19,2%), Palhoça 3 (11,5%) e Rio do Sul 2 (7,7%). Demais cidades presentes no estudo tiveram apenas 1 caso, o que representa 3,8% (n=26).

A Tabela 3 ilustra a distribuição por sexo dos 13 corpos identificados através do laudo pericial de identificação post mortem odontológico.

As condições dos corpos que demandaram análise odontológica estão expostas na Tabela 4. Dos 26 corpos analisados, 11 (42,3%) foram classificados como osada, 9 (34,6%) carbonizados e 6 (23,1%) corpos putrefeitos. Os instrumentos para identificação, dos 13 casos positivos, incluíram a utilização do prontuário odontológico em 7 (53,84%) casos, prontuário e radiografias em 5 (30,76%) casos, prontuário, placa de acrílico e registro de mordida em 1 (7,1%) e somente 1 (7,1%) caso por fotografias extraoral do indivíduo.

Em relação ao sucesso ou insucesso no processo de identificação dos casos que necessitaram de avaliação pericial *post mortem* pelo odontologista, observamos na Tabela 5 que 13 (50,0%) casos foram identificados, 12 (46,2%) não foram

Tabela 1 – Total de laudos periciais de identificação post mortem arquivados no IML de Florianópolis – SC

| Variável | n(%) |
|----------------------|---------------|
| | n= 6.511 |
| Laudos Odontológicos | 26 (0,39) |
| Laudos Médicos | 6.485 (99,60) |

Fonte: Instituto Médico Legal - Florianópolis – SC

Tabela 2 – Localização geográfica da expedição de laudos periciais de identificação post mortem pelo odontologista e localização geográfica

| Variável | n(%) |
|---------------------------|-----------|
| | n=26 |
| Local | |
| Florianópolis | 12 (46,1) |
| São José | 5 (19,2) |
| Palhoça | 3 (11,5) |
| Rio do Sul | 2 (7,7) |
| Anita Garibaldi | 1 (3,8) |
| Águas Mornas | 1 (3,8) |
| Santo Amaro da Imperatriz | 1 (3,8) |
| Criciúma | 1 (3,8) |

Fonte: Instituto Médico Legal - Florianópolis – SC

Tabela 3 – Sexo dos corpos identificados nos laudos periciais de identificação post mortem odontológico

| Variável | n(%) |
|---------------|------------|
| | n= 6.511 |
| Sexo | |
| Masculino | 10 (76,92) |
| Feminino | 2 (15,38) |
| Indeterminado | 1 (7,69) |

Tabela 4 – Condições dos corpos que necessitaram análise odontolegal

| Variável | n(%) |
|-------------------|-----------|
| | n= 6.511 |
| Condição do corpo | |
| Ossada | 11 (42,3) |
| Carbonizado | 9 (34,6) |
| Putrefeito | 6 (23,1) |

Fonte: Instituto Médico Legal - Florianópolis – SC

identificados pela ausência do prontuário odontológico e 1 (3,8%) não identificado por dados insuficientes no prontuário odontológico.

DISCUSSÃO

As perícias que ocorrem no Instituto Médico Legal inerentes à Odontologia devem ser realizadas apenas pelo profissional habilitado nessa área^{5,14}, o cirurgião-dentista odontolegista, de acordo com a lei 5.081/66¹⁵.

A atuação do odontolegista num IML compreende a perícia no vivo, em casos de lesões corporais, além da perícia em cadáveres, sendo incontestável sua importância nos casos de identificação de vítimas de grandes desastres ou em decomposição avançada^{4,5}. Mesmo assim, um grande número de Institutos Médicos Legais no Brasil não possui profissionais disponíveis para exercer a Odontologia

Legal¹⁶. Dessa forma, o presente estudo avaliou a atuação do odontolegista no processo de identificação *post mortem* do IML situado na cidade de Florianópolis-SC.

O IML de Florianópolis realizou, no período de 2005 a 2014, a identificação *post mortem* de 6.511 corpos. Dentre estes, 6.485 casos foram identificados por meio de laudo pericial *post mortem* médico e somente em 26 casos foi necessário o laudo pericial *post mortem* odontológico. Tal discrepância entre a quantidade de laudos de identificação realizados pela área médica e odontológica pode ser justificada pela forma como é realizada a identificação *post mortem* na maioria dos IML do Brasil, onde a análise odontológica é solicitada somente quando a análise médica não foi resolutive¹⁷. A baixa atuação do odontolegista pode também estar relacionada à menor disponibilidade desses pro-

Tabela 5 – Sucesso e Insucesso no processo de identificação post mortem dos casos que necessitaram avaliação pericial pelo odontolegista

| Variável | n(%) |
|--|-----------|
| | n= 6.511 |
| Sucesso (Identificado) | 13 (50,0) |
| Insucesso (Não identificado/Sem prontuário) | 12 (46,2) |
| Insucesso (Não identificado/Sem dados suficientes no prontuário) | 1 (3,8) |

Fonte: Instituto Médico Legal - Florianópolis – SC





fissionais nesse meio, como mencionado por Silveira¹⁶. O IML Florianópolis, no último ano, possui apenas uma odontologista para todo o instituto a nível regional/estadual¹⁷. Segundo o Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina, estão registrados somente 17 dentistas especialistas em Odontologia Legal¹⁸ para 6.249.682 habitantes do Estado – dado de 2010¹⁸.

Dos 26 laudos odontológicos encontrados, os laudos manuscritos utilizados se encontravam armazenados de forma desorganizada, visto que o Instituto estava digitalizando seus laudos, e alguns apresentavam preenchimento incompleto, o que dificultou a triagem e a padronização. Já os laudos em formato digital facilitaram o acesso às informações e promoveram maior agilidade ao estudo.

Dentre todos os anos avaliados em nosso estudo, nos anos de 2005, 2009 e 2011 ocorreram o maior número de casos (6 casos/ano). Ressalta-se que no ano de 2011, no município de Palhoça, ocorreu um achado de ossadas indígenas que requereram identificação justificando o maior índice de casos nesse ano¹⁹.

Sabe-se que as condições em que os corpos são encontrados influenciam na seleção do método de identificação⁶. Todos os corpos do IML- Florianópolis que necessitaram identificação *post mortem* através do odontologista foram divididos nas seguintes condições: ossada, carbonizada e putrefeita⁴. No total dos 26 casos, 11 (42,3%) eram ossadas, 9 (34,6%) carbonizadas e 6 (23,1%) putrefeitas. Esses achados estão de acordo com Paranhos *et al.*⁶ (2009) que relatam que a maioria dos corpos encontrados em seu estudo eram ossadas, seguidos pelos carbonizados e por último os putrefeitas. Pode-se observar que a necessidade da identificação através de perícias odontológicas esteja relacionada com corpos que se encontram em estado de difícil identificação^{4,5}.

A identificação humana avançada através da atuação do cirurgião-dentista segue um método comparativo de identificação, no qual se analisam todas as características odontológicas presentes nos remanescentes dentários e demais estruturas bucomaxilofaciais e relaciona-

-se com as características e informações contidas na documentação odontológica. Dessa forma, é possível observar as coincidências e as divergências entre o corpo analisado e possível suspeita^{2,8,9}. Dos 26 casos encaminhados para identificação através do odontologista, 13 casos foram identificados, sendo que 53,4% por meio do prontuário odontológico da vítima, 30,76% prontuário e exame radiográfico, 7,1% por prontuário/registo de mordida e placa de acrílico, e 7,1% por foto extrabucal. Os outros 13 casos resultaram em não identificação, pois 12 (46,2%) casos não apresentaram prontuário e em 1 (3,8%) caso houve o incompleto preenchimento do prontuário odontológico, resultando na impossibilidade de identificação dos cadáveres.

No estudo realizado por Terada *et al.*⁰ (2011), a identificação do corpo foi realizada através do registro fotográfico do sorriso; já Scoralick *et al.*¹ (2013) utilizaram radiografias odontológicas como método de identificação *post mortem*. Assim, é necessário que o prontuário odontológico seja completo e preciso, sem uso de códigos e com exames complementares (radiográficas, modelos e fotografias)^{4, 16, 22, 23} sendo fundamental para uma correta identificação.

Portanto, é de suma importância que o cirurgião-dentista mantenha essas documentações organizadas, atualizadas, assinadas e conservadas para colaborar nas identificações *post mortem*, bem como nas situações judiciais^{4,5,23}.

CONCLUSÃO

Mediante os resultados apresentados, pode-se concluir que a atuação do odontologista, no processo de identificação *post mortem*, no IML Florianópolis no período de 2005 a 2014, teve baixa frequência em comparação com o médico legista.

Sugere-se que novos estudos sejam realizados para avaliar a atuação dos odontologistas, bem como a análise do preenchimento e arquivamento de prontuários odontológicos pelos cirurgiões-dentistas.

AGRADECIMENTOS

Ao Odontologista do Instituto Médico



Legal (IML) de Florianópolis, pela disponibilidade e agilidade ao fornecer os dados para realização da pesquisa. Ao responsá-

vel geral pelo IML por autorizar a pesquisa nos arquivos do Instituto Médico Legal e aos demais envolvidos que tornaram essa pesquisa possível.

REFERÊNCIAS

1. Leite MM, Amorim ACO, Gomes TD, Prado MN, RF S. Importância da atuação do odontologista no processo de identificação humana de vítimas de desastre aéreo. *Rev Odontol Bras Central* 2011 20(52):52-8.
2. Silva RF, Prado MM, Barbieri AA, E DJ. Utilização de registros odontológicos para identificação humana. *RSBO* 2008 6(1):95-9.
3. Terada ASSD, Araujo LG, Paranhos LR, Pantozzi S, Guimarães MA, RHA. S. Orthodontic use of documentation in identification of a skeletonized body in legal dental practice. *Int J Odontomat* 2014 8(1):41-6.
4. Almeida CA, Paranhos LR, RHA S. A importância da odontologia na identificação post mortem. *Odontologia e Sociedade* 2010 12(2):7-13.
5. Araujo LG, Biancalana RC, Terada ASSD, Paranhos LR, Machado CEP, Silva RHA. A identificação humana de vítimas de desastres em massa: a importância e o papel da Odontologia Legal. *RFO UPF* 2013 18(2):224-9.
6. Paranhos LR, Caldas JCF, Iwashita AR, Scanavini MA, RC P. A importância dos prontuários odontológicos nas perícias de identificação humanas. *RFO* 2009 14(1):14-7.
7. Carvalho SPM, Silva RHA, Lopes Júnior C, Peres AS. A utilização de imagens na identificação humana em odontologia legal. *Radiologia Brasileira* 2009 42(2):125-30.
8. Coutinho CGV, Ferreira CA, Queiroz LR, Gomes LO, UA S. O papel do odontologista nas perícias criminais. *RFO* 2013 18(2):217-23.
9. Frari P, Iwashita ARFG, Caldas JC, Scanavin MA, E DJ. A importância do odontologista no processo de identificação humana de vítima de desastre em massa. Sugestão de protocolo de exame técnico-pericial. *Odonto* 2008 jan.-ju.;16(31):38-44.
10. Saraiva AS. A importância do prontuário odontológico - com ênfase nos documentos digitais. *Rev Bras Odontol* 2011 68(2):157-60.
11. Oliveira DL, Yarid SD. Prontuário odontológico sob a ótica de discentes de Odontologia. *Revista de Odontologia da UNESP* 2014 43(3):158-64.
12. Benedicto EN, Lages LHR, Oliveira OF, Silva RHA, LR P. A importância da correta elaboração do prontuário odontológico. *Odonto* 2010 41-50;18(36):41-50.
13. Conselho Federal de Odontologia. Rio de Janeiro: CFO; 2015 [12 de maio de 2015]; Available from: <http://cfo.org.br/>.
14. Nedel F, Nedel AP, Silva RHA, RG. L. Evaluation of identification cases involving forensic dentistry in the city of Pelotas, RS, Brazil, 2004-2006. *Braz J Oral Sci* 2009 2009(8):1.
15. Brasil Leis e decretos. Lei de número 5.081, de 24 de agosto de 1966. Regulamenta o exercício da odontologia no Brasil. Brasília 1966.
16. Silveira EMSZSF. A importância do odontologista dentro do instituto médico legal. *Rev Bras Med Trab* 2013 11(1):34-9.

17. Estado de Santa Catarina. Ordem de serviço IGP nº 001/2014. In: Secretaria do Estado da Segurança Pública Instituto Geral de Perícias, editor. Santa Catarina: Instituto Geral de Perícias; 2014.
18. Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina. Florianópolis: CROSC; 2015 [28 de outubro de 2015]; Available from: <http://www.crosc.org.br/>.
19. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília: IBGE; 2015 [24 de outubro de 2015]; Available from: <http://www.ibge.gov.br>.
20. Terada ASSD, Leite NLP, Silveira TCP, Secchieri JM, Guimarães MA, RHA. S. Identificação humana em odontologia legal por meio de registro fotográfico de sorriso: relato de caso. *Rev Odontol UNESP* 2011 jul./ago.;40(4):199-202.
21. Scoralick RA, Barbieri AA, Moraes ZM, Franceschini Júnior L, Daruge Júnior E, Naressi SCM. Identificação humana por meio do estudo de imagens radiográficas odontológicas: relato de caso. *Revista de Odontologia da UNESP* 2013 jan./fev.;42(1):67-71.
22. Silva RF, Pereira SDR, Mendes SDSC, Marinho DEA, E. DJ. Radiografias odontológicas: fonte de informação para a identificação humana. *Odontologia Clín-Cientif* 2006 5(3):239-42.
23. Carvalho GP, Matoso RI. O odontologista e um corpo não-identificado. *RGO - Rev Gaúcha Odontol* 2010 jul./set.;58(3):405-9.

Recebido em 02/03/2016

Aceito em 08/08/2016

DÁRIO LTP
SIMÕES PW
CERETTA RA
CECHELLA BC
BERNARDI AV

A ATUAÇÃO DO
ODONTOLEGISTA
DO INSTITUTO
MÉDICO LEGAL
DE FLORIANÓ-
POLIS (SC) NO
PROCESSO DE
IDENTIFICAÇÃO
POST MORTEM

